

# Maio-Junho de 1968 na França<sup>1</sup>

*May-June 1968 in France*

**Danielle Tartakowsky**

Professora do departamento de história da Universidade de Paris VIII.

**Michel Margairaz**

Professor de história econômica da Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne.

**Tradução:**

**Ciro Lubliner**

Doutorando em Comunicação e Cultura na Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ).

**Submetido em: 10/05/2018**

**Aceito em: 30/05/2018**

## DOSSIE

### RESUMO

Este artigo visa empreender uma revisão das concepções e abordagens teóricas que rondaram e rondam ainda os acontecimentos que compreenderam o período de maio-junho de 1968 na França. Através do levantamento de diversos eventos históricos e das mobilizações que se deram principalmente a partir da reação de estudantes, operários e camponeses quanto às políticas adotadas pelo governo francês à época, são visitadas parte das ações tomadas pelos diversos grupos em questão, seja individual ou coletivamente para se chegar a redefinições que garantam perspectivas que, necessariamente, levem em conta a heterogeneidade e a multiplicidade intrínsecas aos movimentos ocorridos então.

**PALAVRAS-CHAVE:** Maio de 68, mobilização, modernidade tardia, crise.

### ABSTRACT

This article intends to undertake a revision of the conceptions and theoretical approaches that haunted and still prowls the events that comprised the period of May-June of 1968 in France. Through the survey of several historical events and the mobilizations that were mainly due to the reaction of students, workers and peasants to the policies adopted by the French government at that time, part of the actions taken by the various groups in question, whether individually or collectively to arrive at redefinitions that guarantee perspectives that, necessarily, take into account the heterogeneity and multiplicity intrinsic to the movements that happened then.

**KEYWORDS:** May of 68, mobilization, late modernity, crisis.

<sup>1</sup> Esse texto é uma versão retrabalhada da contribuição presente em PIGENET, Michel e TARTAKOWSKY, Danielle (orgs.). *Histoire des mouvements sociaux en France de 1814 à nos jours*. Paris: La Découverte, 2012. Agradecemos à editora La Découverte por nos autorizar a reproduzir o texto.

### “Uma crise da modernidade tardia”

Os acontecimentos que afetam a França em maio-junho de 1968 se inscrevem em um *movimento transnacional de dimensão geracional*, descrita por Alain Touraine como “revolução juvenil”, envolvendo principalmente os estudantes e suas universidades. As circulações transfronteiriças de homens, de ideias, de imagens e de esperanças que se operam então não impediram que as revoltas estudantis interagissem com as questões políticas específicas a cada um dos Estados envolvidos, assumindo assim fortes singularidades nacionais.

A França apresenta a particularidade de ter que enfrentar essa crise de ordem antropológica com um regime político vigente há apenas dez anos que a forçou a caminhar rumo a uma modernização, sem poupar nada nem ninguém. O historiador alemão Detlev forjou a noção de “crise da modernidade tardia” nascida da conjunção – mas não da fusão – de duas séries de convulsões, dissociadas na caracterização da crise da República de Weimar nos anos de 1930 (PEUKERT, 1992). Parece-nos que essa noção apresenta um caráter heurístico para compreender as características que tomaram conta da França em 1968.

Os primeiros anos da Quinta República reafirmaram uma política produtivista e modernizadora que se apoiava na planificação, batizada “imperiosa obrigação” pelo general de Gaulle e nas perspectivas de renovação econômica e social fixadas de maneira transpartidária no programa do Conselho nacional da Resistência elaborado em 1943 pelos diferentes componentes da Resistência e nas “reformas de estruturas”, definidas na Libertação do país, em 1945. Mas, em 1965, a preparação do Quinto Plano de desenvolvimento reorienta as balizas definidas para o período dos anos de 1966-1970. Um dos maiores feitos é a abertura desejada da economia francesa, a ser materializada em julho de 1968, data para a abolição de barreiras aduaneiras entre a Europa dos Seis<sup>2</sup>. Isso supõe claramente, como objetivo, a indicação do equilíbrio exterior da economia francesa. O equilíbrio exterior da economia francesa é apresentado como residindo principalmente na competitividade das empresas, promovida como um dos objetivos maiores do Plano. O governo e a comissão do Plano apostam, para conseguir este objetivo, chegar a um patamar de desempregados – estimados em cerca de um milhão, no horizonte do ano de 1970 – para influir eficazmente, segundo eles, sobre o aumento dos salários e o poder

---

2 Referência aos seis países que assinaram os primeiros acordos rumo ao que se consolidou futuramente como a União Europeia: França, Alemanha, Itália, Holanda, Bélgica e Luxemburgo. [N. do T.]

de compra freando, esperava-se, as reivindicações na perspectiva de redução da alta dos preços e dos desequilíbrios exteriores que a inflação provoca. Essa opção suscita vivos debates no Conselho econômico e social e na Assembleia nacional por parte dos representantes das confederações sindicais ou de partidos de esquerda. A abertura das fronteiras às mercadorias e, de maneira menos aberta, aos capitais, aparece como um dos principais fatores de incerteza que ameaçam os equilíbrios do Plano, tanto mais que a economia francesa manifesta uma sensibilidade crescente a perturbações externas (tais como, em 1967, a recessão na República Federal Alemã/RFA e a desvalorização da libra esterlina).

Comenta-se muito raramente que as “opções” do Quinto Plano, definidas em 1964-1965, podem, na medida dos efeitos que suscitam, iluminar certas origens da explosão social de maio, pelo menos no episódio relativo ao movimento da greve geral. Economistas e estatísticos do INSEE<sup>3</sup> ou da comissão do Plano evocaram de maneira explícita a parte de responsabilidade do Quinto Plano na explosão social da primavera de 1968:

Numa sociedade em plena mutação, notadamente por meio da concorrência internacional, as tensões foram tais que o crescimento do desemprego e a limitação do aumento do poder de compra dos salários conduziram a uma situação explosiva. (ATREIZE, 1970)

Christian Sautter, então gestor do INSEE, evidencia de maneira ainda mais explícita que “a explosão de maio de 1968 colocou em apuros as previsões formuladas pelo Quinto Plano de aceitação pelos assalariados de uma lenta progressão dos salários ligada à flexibilização do mercado de trabalho” (ibid.). A distorção entre as “opções” do Plano e as aspirações dos assalariados de se beneficiarem dos “ritos do crescimento” constitui o sinal de uma ruptura. O Plano, destinado em sua origem a constituir os fundamentos da “economia pactuada” e a explicitar o conteúdo de um grande compromisso social em relação ao crescimento futuro, aparece, ao contrário, como um dos fatores maiores do *dissensus* entre os assalariados e as confederações sindicais de um lado, e o governo e a comissão do Plano do outro, apoiados, estes últimos, pelos representantes patronais. Enquanto o Plano deveria, aos olhos dos dirigentes gestores e políticos, começando pelo general de Gaulle, difundir a cultura da regulação no conjunto da sociedade, ele contribui, ao inverso, em 1968, a reavivar a cultura da mobilização (TARTAKOWSKY e MARGAIRAZ, 2010) dos assalariados contra as escolhas governamentais e patronais e a suscitar o maior movimento de greves da história francesa contemporânea. Maio de 1968 aparece,

---

3 Institut National de la Statistique et des Études Économiques (Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos). [N. Do T.]

assim, como o signo e o produto da explosão das contradições sociais e políticas aceleradas pela abertura da economia.

As aspirações liberais manifestam-se durante esses mesmos anos no terreno do ensino superior. Na ocasião de um colóquio organizado em 1966 por uma Associação de estudos para a expansão da pesquisa científica, próxima dos meios governamentais, o relator preconiza universidades dotadas de uma “verdadeira autonomia”, às quais caberia definir os próprios programas e diplomas e que deveriam trabalhar em regime de concorrência. O primeiro ciclo deveria ser retirado das universidades e metade dos membros de seu conselho de gestão nomeados pela autoridade de tutela. Uma reforma que deve entrar em vigor no início do ano letivo universitário de 1968 prevê a introdução de um princípio de seleção para o ingresso dos estudantes, gerando outras fontes de inquietação e descontentamento.

Disso decorre que os dois anos que precederam maio de 1968 se caracterizaram pela afirmação de uma situação conflituosa que afeta os assalariados, assim como os agricultores e os estudantes. A “insubordinação” (VIGNA, 2007) que se manifesta em certas greves operárias, no ocidente francês particularmente, revela uma certa porosidade às renovações geracionais, mas não exclui um fechamento dos movimentos, o que se tornou, aliás, a norma durante a primeira semana de maio. As manifestações sindicais desenvolvidas no quadro das jornadas regionais de ação não operam, senão excepcionalmente, sua junção com as da FNSEA<sup>4</sup> ou dos estudantes. É necessário um evento produzido pelo acidental e pelo impensável para que esses movimentos inscritos em estratégias específicas de cada um se encontrem englobados num processo que apresenta continuidade com mobilizações anteriores, cujas agendas e orientações são, por vezes, perturbadas sem, no entanto, chegar a unificá-las.

### Uma crise social complexa

Na maior parte dos Estados, a explosão escolar e universitária consecutiva ao baby boom e a frequente prolongação da escolaridade obrigatória provocou uma tensão entre a massa ampliada de estudantes e universidades que não se prepararam para esse afluxo (+180% na França entre 1948 e 1968). Em Paris, o fechamento da universidade de Nanterre, em 3 de maio, depois, por tabela, a da Sorbonne, empurra a agitação, depois de semanas endêmicas, para a rua. A agitação logo se estende à quase totalidade das cidades universitárias e culmina na noite das barricadas (10-11 de maio), cujo saldo são 460 prisões e 367 feridos. Essas barricadas “fecham a rua, mas abrem o caminho” e constituem, segundo

4 Fédération Nationale des Syndicats d'Exploitants Agricoles (Federação Nacional dos Sindicatos de Pequenos Proprietários Agrícolas). [N. do T.]

Pierre Bourdieu, o “acontecimento crítico” graças ao qual “acontecimentos históricos que deveriam normalmente se abrir e se fechar em ordem dispersa” vão se “precipitar numa crise geral nascida de sua conjunção” (1984). A grande repercussão se explica em parte pelo fato de que são estudantes (“nossos filhos”) que foram vítimas da repressão policial, uma repressão todavia limitada se comparada com a ocorrida na França durante a guerra da Argélia ou como a que se dá em inúmeros países, o México em primeiro lugar. Mas é preciso considerar a conjuntura política. A assinatura dos acordos de Evian que encerram a guerra da Argélia, em março de 1962, significam para a França o fim de um estado de guerra quase permanente desde 1940. Pode-se formular a hipótese de que essa saída da guerra é acompanhada por um brusco rebaixamento do limiar de tolerância social à violência. Contribuindo para uma mobilização de amplitude sem paralelo desde as manifestações antifascistas de 1934.

A FEN, a CGT e a CFDT respondem favoravelmente à solicitação de apoio lançada pela UNEF e concordam quanto ao princípio de uma jornada de greve com manifestações, em 13 de maio, definindo uma série de objetivos comuns, entre os quais a “transformação do sistema econômico pelo e para o povo”. A FO<sup>5</sup> se integra com um chamado específico. O desaparecimento do Parlamento, a fraqueza dos corpos intermediários e o poder pessoal do chefe de Estado colocam este último em exposição, na linha de frente. As manifestações se unificam de fato através do alvo que os manifestantes denunciam, incansavelmente: “10 anos bastam”, “feliz aniversário, meu General”<sup>6</sup>. Se a integração das lutas num movimento que as engloba, operada nesse dia, não se desdobra no futuro, essa jornada funciona ao menos como detonador, particularmente para ampliar e complexificar o movimento que esteve em sua origem.

A reabertura da Sorbonne veio muito tarde para desinflar um movimento em plena ascensão. Na noite do dia 13, os estudantes ocupam a Sorbonne, depois, a maioria das universidades, assim como o teatro Odéon, próximo à Sorbonne, que se transformaram em fóruns onde a palavra se liberta. Em comitês de toda espécie, a reforma e a utopia se confundem (“tomemos nossos desejos como realidades”), enquanto o marxismo, o situacionismo e o pensamento libertário se afirmam e se combinam de formas inéditas. A partir do dia 15, as ocupações se estendem a certas usinas (Sud Aviation, Renault-Cléon). No dia 16, a CGT e a CFDT convocam, cada uma a sua maneira, à ampliação da ação,

5 Respectivamente: Fédération de l'Éducation Nationale (Federação da Educação Nacional), Confédération Générale du Travail (Confederação Geral do Trabalho), Confédération Française Démocratique du Travail (Confederação Francesa Democrática do Trabalho), Union Nationale des Étudiants de France (União Nacional dos Estudantes da França) e Force Ouvrière (Força Operária). [N. do T.]

6 O general de Gaulle chegou ao poder, no contexto de uma crise política, em 13 de maio de 1958.

sem falar explicitamente em greve geral. A greve com ocupações, que se dissemina em alguns dias, é sensivelmente mais ampla do que a de 1936, já que abarca o setor público e os quadros de direção. Por causa disso, ele é mais complexa. Nas empresas desprovidas de forte presença sindical, ela permite que sejam satisfeitas reivindicações feitas no passado, em 1936. Por exemplo, nas fábricas Citroën, o livre exercício do direito sindical. Nos bastiões cegetistas (setor público e nacionalizado, notadamente), ela permite encontrar uma solução a reivindicações que estavam em suspenso há meses, e mesmo há anos. Em alguns setores de ponta onde a CFDT predomina, prevalecem os temas autogestionários (A. PROST, 2006). Os jornalistas da ORTF, em particular,<sup>7</sup> lutam pela liberdade de informação. O ensino secundário e o mundo agrícola também se mobilizam. A total interrupção dos transportes – inexistente em 1936 – paralisa inteiramente o país e redesenha de forma radical o espaço-tempo do cotidiano favorecendo a extensão e a complexificação do movimento.

Contestação e ocupações transbordam das universidades e das empresas para ganhar a maioria das estruturas institucionais, não poupando nem as Igrejas nem as associações, das federações esportivas às organizações de pais de alunos. As Ordens profissionais, de arquitetura, medicina, advocacia são afetados. Os festivais de Cannes e de Avignon são perturbados. “A imaginação toma (frequentemente) o poder” e as aspirações de viver de outro modo se afirmam (“sob o paralelepípedo, a praia”), deslizando para o hedonismo. Essas convulsões das convenções usuais do espaço e do tempo autorizam circulações inéditas. Por muito tempo negligenciadas pela historiografia, elas retiveram a atenção dos pesquisadores no quadro dos trabalhos publicados quando do quadragésimo e do quinquagésimo aniversários, concentrados na questão das trajetórias individuais. Manifestações de solidariedades geracionais e de encontros por vezes duráveis se realizam entre os trabalhadores, estudantes e camponeses, perceptíveis a quem se dispõe a análises de níveis apropriados, no teatro Odéon, no contexto de Assembleias Gerais<sup>8</sup>, nas manifestações e nos comitês de toda espécie (ROSS, 2005) e os movimentos em curso vivenciam, para além de sua diversidade, uma mesma “crise da dominação próxima” (MEMMI in DAMAMME et. al., 2008). Porosidades e convergências não chegam todavia a desengatar os espaços de confrontação e aniquilar a diversidade perpetuada de atores engajados nos conflitos e nas lógicas de ação que permanecem específicas. Ao menos a simultaneidade de movimentos de amplitude e de natureza inédita impedem cada um ignorar por mais tempo a presença e o poder dos outros. As estratégias que se desenham, sem

7 Office de Radiodiffusion-Télévision Française (Agência de Radiodifusão-Televisão Francesa). [N. do T.]

8 Assemblée Générale (Assembleia Geral). [N. do T.]

jamais se conjugar, devem a partir de então contar igualmente com este dado.

### Uma conceituação conflituosa

A generalização do movimento e da combinação dessas mobilizações heterogêneas colocam ainda hoje a questão da natureza da crise. No fogo do acontecimento, ela suscita tantas interpretações quanto são os atores implicados. A greve se resume a um movimento reivindicatório? Ela constitui uma nova modalidade do político? Ela desenha uma perspectiva autogestionária, reivindicada pela CFDT? Trata-se de uma “greve insurrecional” como sonham certas correntes da extrema esquerda? De uma “greve de massa”, suscetível de engajar o país rumo a uma mutação política profunda acelerando a ratificação de um programa comum de união da esquerda ao qual aspiram ao PCF<sup>9</sup> e a CGT? O que vale para a greve vale ainda mais para o movimento em sua integralidade, quer dizer, em sua diversidade. Trata-se de UM movimento, o qual muitos tentam definir ou construir o princípio unificador e se apropriar da liderança, ou movimentos disparatados, dos quais as manifestações conflituosas ocorridas em Paris entre 24 e 29 de maio, e as manifestações isoladas da FNSEA<sup>10</sup>, constituem evidente expressão?

O que foi logo descrito como o “maio francês”, para além das fronteiras nacionais, custa a encontrar um nome na própria França. Essa dificuldade prevalece de maneira duradoura não obstante a multiplicidade de interpretações produzidas no calor do momento, e ulteriormente, pelos atores sociais e políticos assim como pelos pesquisadores. “Maio de 1968”, “maio-junho” ou “os acontecimentos de maio”, surgem com uma variedade de designações englobantes, mas estritamente descritivas do que parece desafiar toda conceituação. O “movimento de maio” ou “a greve geral”, com mais razão, designam somente um aspecto. Se esta possui uma forte mitologia e um sistema de referências compartilhadas, o mesmo não acontece com aquele. O vocábulo “movimento”, até então restrito a outros campos, surge com força, e inesperadamente, desde antes de maio (Movimento do 22 de março, de Cohn Bendit), para se impor no prosclênio para designar atores ou formas de ação estranhas ao movimento operário e ao seu repertório de ação. Até se tornar, aliás, uma das expressões maiores da ruptura entre os atores mobilizados.

O “movimento social” não pertence propriamente ao vocabulário dos atores. Ele é tão estranho quanto “crise”, uma das palavras de 1968, cujo sentido cada um tenta igualmente precisar, e que parece

9 Parti Communiste Français (Partido Comunista Francês). [N. do T.]

10 Federação Nacional dos Sindicatos dos Pequenos Proprietários Agrícolas

trazer nela uma mudança radical de sociedade, embora todos certamente não a pensem em termos idênticos, mas que exige, ao menos, um vocabulário diretamente político: quer se trate de revolução, incluindo-se a cultural, ou de socialismo, mesmo que seja autogestionário. Como tal, faz parte de uma racionalidade unitária e progressista própria a perpetuar a existência de grandes narrativas totalizantes, descritas por Touraine como “comunismo utópico”. Que os contemporâneos não tenham explicitamente definido os acontecimentos em termos de um “movimento social” certamente não basta para demonstrar que não existiu um. Há, porém, argumentos mais sólidos. Todo movimento social (seja qual for o nome que lhe tenha sido dado) diz respeito a um trabalho de produção política e de construção de solidariedades transversais. Muitos se dedicam então a esse trabalho de produção política. Isso vale particularmente para o polo autogestionário constituído em torno da CFDT, de um lado, e, do outro, pelo PCF e a CGT, partidários de uma aliança antimonopolista estruturada em torno de um programa de união da esquerda. Mas essas construções políticas têm seu melhor efeito no fato de evidenciar contradições profundas, que não pararam de crescer. Para além das clivagens políticas explícitas, elas colocam em oposição dois conjuntos, cuja clivagem confunde as oposições convencionais direita-esquerda. De um lado, os herdeiros da sequência de mobilização e de regulação estruturada entre 1936 e 1946, que se recrutam, à esquerda, no PCF, em certas frações do partido socialista ou na CGT, mas igualmente à direita, entre os gaullistas, mobilizados na defesa do modo de regulação do qual eles foram os artesãos. De outro lado, os defensores de uma liberalização, cujas facetas são múltiplas, contraditórias e em dosagem variada, segundo o peso atribuído aos aspectos políticos, societários ou culturais. Neste campo, a autogestão constitui então a expressão mais teorizada. Quanto às solidariedades transversais, permanecem inexistentes ou quase isto.

Isso impede a compreensão de maio de 1968, em seu conjunto, como um movimento social, se entendemos como tal, com Alain Touraine (1978): “a conduta coletiva organizada de um ator de classe lutando contra seu adversário de classe pela direção social da historicidade em uma coletividade concreta”. O recurso à história e os espetaculares jogos de memória praticados então por todos os atores podem, de resto, ser interpretados como substitutos à ausência de conceituação ou como tentativas, por parte de cada grupo ou corrente, de estabelecer sua hegemonia. Os protagonistas da “Comuna estudantil” reivindicam o precedente de 1871, convertido em arquétipo de todas as Revoluções do primeiro século XIX à custa de uma estetização da política, da qual alguns teorizam o valor performático. As greves com



ocupação reativam a memória de 1936 que a CGT cultiva com cuidado e que conserva, a seus olhos, uma dimensão estratégica. À direita, o adversário político não descansa. Ele revive o imaginário relativo à Liberação de Paris, quando da manifestação gaullista de 30 de maio. Essa manifestação, cuja amplitude é tanto mais notável quanto a direita francesa não ia às ruas desde 1934, confirma as capacidades hegemônicas mantidas pela Resistência e pelo primado da identidade nacional, do qual ela é uma expressão, sobre as identidades de classe. Essa coexistência de referências não contemporâneas é um dos sintomas da crise do sistema explicativo e dos valores por muito tempo consensuais. Ela é reveladora das contradições que estão em curso.

### Uma saída paradoxal à crise

A partir de 24 de maio, as estratégias de alternativa política se multiplicam sem esposarem exatamente às clivagens a que se fez referência. O PCF preconiza a abertura de negociações, porém chama simultaneamente à constituição de “comitês para um governo popular e de união democrática”. François Mitterrand se apresenta como uma alternativa ao general de Gaulle. Componentes da CFDT consideram a hipótese de Pierre Mendès France e se implicam num comício organizado no estádio Charléty, acompanhados por uma fração da extrema esquerda. Estratégias divergentes se desenham igualmente à direita. A CGT encontra o PCF e a FGDS<sup>11</sup> e, constatando suas divergências, aposta firmemente num novo acordo Matignon<sup>12</sup>. As negociações, iniciadas no dia 25, no ministério do Trabalho, tornam-se infinitamente mais delicadas do que as de 1936. Os negociadores são obrigados a se contentar com um “acordo”, misturando pontos em comum (aumento de 35% no salário-mínimo, diminuição de impostos) e discordâncias, sensivelmente mais numerosas. Assim a CGT não obtém a supressão dos primeiros ataques realizados ao sistema de Seguridade social, uma de suas exigências, embora seja verdade que as greves de maio-junho não tivessem falado do assunto. Assim, as greves se prolongam e as negociações se deslocam para o terreno dos setores produtivos, desembocando em conquistas importantes, que serão alcançadas vários meses após o acontecimento. Assim, foi o caso da redução da carga horária semanal para 40 horas, a correção dos salários segundo a inflação verificada, a melhoria das condições de trabalho, a mensalidade dos salários, a quarta semana de férias pagas, a implementação de seções sindicais em cada empresa. Ou, na perspectiva da “Nova sociedade”, cara ao

11 Fédération de la Gauche Démocrate et Socialiste (Federação da Esquerda Democrata e Socialista) [N. T.].

12 Os acordos de **Matignon** foram assinados em junho de 1936, entre a Confederação Geral do Patronato Francês/CGPF, a Confederação Geral do Trabalho/CGT e o Estado francês, pondo fim ao movimento grevista de então.

governo Chaban-Delmas a partir de setembro de 1969, os acordos contratuais – notadamente quanto à formação profissional.

A presidencialização e a personalização do regime que fizeram com que o chefe de Estado tivesse concentrado sobre si os ataques o dotaram, em revanche, de meios para sobreviver a uma crise que teriam derrubado qualquer tipo de governo sob os regimes precedentes. Em 29 de maio, seu “desaparecimento” faz com que alguns (F. Mitterrand) acreditem que o poder está vago. O comício de Charléty e a manifestação de 29 de maio, que ressuscita o eixo PCF-CGT desaparecido depois de 1966 em prol de um sistema de aliança que reunia as confederações sindicais, excluindo os partidos, testemunha a vontade de certos atores políticos de ancorar suas estratégias no movimento social. Mas, pela primeira vez na história da República, é à direita, e em acordo com o chefe de Estado que se opera uma interação entre uma poderosa mobilização coletiva e a esfera política, capaz de precipitar a saída que se dá *in fine* sobre o terreno eleitoral. O General reaparece no dia 30, assim como uma formidável manifestação que acontece sob o chamado de seus partidários nos Champs-Élysées, anuncia a dissolução da Assembleia nacional e eleições dentro dos prazos da lei, obrigando todos a aceitar a saída parlamentar ou a se colocar à margem do consenso republicano, sob o risco de um fracasso inevitável, ao qual as formações da extrema esquerda cujos membros, muitos com menos de 21 anos, e por isso excluídos do jogo eleitoral, serão as únicas a se resolver (“eleições-traição”). A Sorbonne é evacuada pela força e os sindicatos empurram as greves no sentido de uma resolução negociada. Em 23 de junho, a maioria gaullista cambaleante de 1967 ganha 358 das 485 cadeiras. É após essa vitória política que são adotadas duas leis que podem ser compreendidas com razão como conquistas de 1968. A lei Faure reestrutura profundamente a Universidade francesa em contradição com as tentativas liberais preparadas dois anos antes e colocando em prática estruturas de direção colegiais. Ela autoriza a emergência de estruturas experimentais da qual provém o centro experimental de Vincennes (hoje, a universidade Paris 8). Uma lei de dezembro de 1968 amplia o exercício do direito sindical permitindo a constituição de seções sindicais de empresas. Que essas medidas partam da mesma maioria que foi adversária em maio-junho torna todavia a percepção da vitória menos evidente da que se verificou em 1936.

A vitória eleitoral de junho não põe fim às contradições internas à direita. A conjunção de oposições acelera a partida da partida do general de Gaulle, em consequência do fracasso do *referendum*

de abril de 1969. Esse foi o último suspiro do gaullismo histórico. O que poderia ser compreendida, no calor dos acontecimentos, como uma vitória política diferida, tanto quanto indireta, do movimento de maio-junho, abre caminho para redefinições maiores, para as quais, aliás, os acontecimentos de maio-junho de 1968 não possuem exclusiva responsabilidade. É todavia através desse panorama redefinido e sempre pela iniciativa da direita que são adotadas grandes reformas societárias, sintonizadas com aspirações exprimidas em maio-junho, tais como o direito de voto aos 18 anos (ao invés de 21) ou a lei Veil sobre a interrupção voluntária da gravidez.

### Reformulações teóricas

Certos trabalhos da sociologia do trabalho ou da educação figuraram, depois dos acontecimentos, como oráculos de uma crise no curso da qual foram largamente debatidos. Pensamos em *Héritiers/Herdeiros* (BOURDIEU e PASSERON, 1964) ou *La nouvelle classe ouvrière/A nova classe operária* (MALLET, 1963). Ao final da crise, a sociologia do trabalho propõe análises inovadoras da greve (DUBOIS, DURAND, ERBES-SEGUIN, 1971). A abordagem dos “novos movimentos sociais” conhece reformulações teóricas. Alain Touraine analisa no calor da hora o que ele compreende como o primeiro movimento da sociedade pós-industrial, empreendido por atores que o pensam em termos antigos, mas que escapa em parte das clivagens de classes dos conflitos da sociedade industrial. Ele profetiza a emergência de conflitos ulteriores aos quais um trabalho teórico e prático permitirá ultrapassar o estágio da utopia (TOURAINÉ, 1968). A teorização de “novos movimentos sociais” efetuada em seguida, a partir de um estudo das mobilizações estudantis e outras (antinuclear, regionalista...), posteriores a 1968, contribui para um descentramento da economia e do movimento operário em prol das questões socioculturais. As novas categorias sociais englobadas por ele sob esse termo aparecem, segundo Touraine, como portadoras de novos valores ligados à emergência da sociedade pós-industrial: defesa da qualidade de vida, da democracia e da ecologia.

Na esteira dessas reflexões teóricas que constituem esses movimentos em novos motores da história se desenvolvem, segundo uma cronologia onde maio-junho de 1968 tem, muitas vezes, apenas um papel distante de protagonismo, formas inéditas de mobilização em espaços microssociais que, se afirmando, por vezes, como anticapitalistas, ignoram frequentemente a questão do poder do Estado. Elas inauguram outras maneiras de resistir e de militar, mais setoriais, em outras escalas que não as do poder do Estado, concentrando-se na “dominação próxima”, tal como a dos homens sobre as mulheres,

dos pais sobre os filhos, dos professores sobre os alunos, dos médicos sobre os doentes... Se certas mobilizações conservam a fraseologia revolucionária e continuam a se pensar como políticas, outras, mais numerosas, tomam, antes de mais nada, a forma de micropolíticas ou de “revoluções moleculares”, para retomar a linguagem de Deleuze e Guattari (GUATTARI, 1977) que tentam teorizá-las. A filosofia da desconstrução recusa assim toda a abordagem visando erigir 1968 em manifestação de uma qualquer transcendência da história, e quer *a contrario* ver neste ano a primeira expressão da desconstrução em ação, marcada pela emergência do aleatório, da descontinuidade e pelo primado das “singularidades plurais”. A relação desses movimentos com a política instituída e com a crítica do capitalismo é mais difícil de se pensar que as lutas coletivas clássicas.

### Atores e práticas redefinidas?

São inúmeros os trabalhos que acentuam as virtudes incitadoras e aceleradoras de maio-junho de 1968 e o seu papel na transformação das lutas de toda espécie. A multiplicação de trabalhos que são consagrados a 1968 enfatiza, todavia, que esses acontecimentos não tiveram o caráter unívoco a eles atribuído, muitas vezes. Eles devem à sua complexidade e a seu resultado paradoxal o fato de ter encorajado a totalidade dos atores, para além de sua diversidade, em suas estratégias iniciais e de ter, a curto prazo, reforçado a todos igualmente, perpetuando as contradições de que eles eram portadores.

O desenvolvimento de uma “insubordinação operária” e a repercussão de certas greves autogestionárias, algumas bem posteriores (Lip, em 1973), não impedem que todas as confederações sindicais reforcem suas audiências e que persistam tendências tradicionais na gestão dos conflitos. As greves, inscritas num certo momento na sequência aberta em 1963, conhecem seu apogeu (excetuando maio-junho de 1968) em 1970-1971, para somente arrefecer em 1977, sob o efeito de fatores totalmente estranhos a 1968. As abordagens que fizeram da greve geral de maio-junho de 1968 um novo tempo forte da gesta operária baseiam nisso seus argumentos. Sem, entretanto, mascarar o fato que as lutas sociais clássicas, sempre vivas, se apresentam numa perspectiva frequentemente defensiva (visando a defesa do emprego, dos direitos sociais e dos serviços públicos) e não dispõem mais de exclusividade, nem mesmo da preeminência da contestação social, como quando, antes de 1968, o movimento operário cristalizava a parte essencial.

O balanço se revela mais complexo em outros setores. O papel de maio-junho de 1968, inegável

em se tratando da liberalização dos costumes ou mais geralmente da “revolução cultural”, não poderia fazer esquecer a ação pioneira de organizações que o precedem (o *planning* familiar), mas igualmente as contradições de “novos movimentos sociais” portadores de interesses divergentes.

O episódio de maio-junho de 1968 pode mesmo se afirmar, aliás, como um freio. Ele reorienta negativamente o processo de reformas pedagógicas esboçadas no ensino secundário antes de maio (PROST in MARGAIRAZ et al., 2010). Ele também paralisa as medidas de liberalização econômica e financeira que estavam em andamento desde 1966-67, quer se trate da flexibilização do sistema bancário ou da relativa abertura dos mercados financeiro e monetário. Mas são, antes de tudo, os colapsos do sistema monetário internacional em 1971-1973 ou ainda o choque petrolífero de 1973-74 que operam a freada maior. Consolidando e reforçando o movimento sindical, e em particular a CGT, reconhecida como principal interlocutor pelo poder gaulliste, o movimento de greves de maio-junho, sem dúvida, reforçou por um tempo a cultura da regulação que prevalecia após a Liberação. Mas é bem conhecido o fato que o grande fator de transformações resulta, em 1973-1975, da interrupção do Grande Crescimento e da irrupção do desemprego de massa, diante do que pesam muito pouco os efeitos, mesmo retardados, de maio-junho de 1968. Essas tensões contraditórias internas ao acontecimento constituem um obstáculo suplementar a sua conceituação.

### Referências bibliográficas

ATREIZE. *La planification française en pratique*. Paris: Editions ouvrières, 1971.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J-C. *Les héritiers*. Paris: Editions de Minuit, 1964.

\_\_\_\_\_. *Homo academicus*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1984.

DUBOIS, P.; DURAND, C.; ERBES-SEGUIN, S.; VIDAL, D.. *Grèves revendicatives ou grèves politiques, Acteurs, pratiques, sens du mouvement de Mai*. Paris: Anthropos, 1971.

DAMAMME, D.; PUDAL, B.; GOBILLE, B.; MATONTI, F. *mai-juin 1968*. Paris: Editions des l'Atelier, 2008.

GUATTARI, F. *La révolution moléculaire*. Paris: Éditions Recherches, 1977.

MALLET, S. *La nouvelle classe ouvrière*. Paris: Le Seuil, 1963.

MARGAIRAZ, M.; TARTAKOWSKY, D. (orgs.). 1968. *Entre libération et libéralisation. La grande bifurcation*. Rennes: PUR, 2010.

PEUKERT, D. *La République De Weimar – Années de Crise De La Modernité*. Paris: Aubier, 1992.

PROST, A., "les grèves de mai-juin 1968", in: *Autour du Front populaire*. Paris: le Seuil, 2006, p. 233-258.

ROSS, K. *Mai 68 et ses vies ultérieures*. Bruxelles: Editions Complexe, 2005.

TOURAINÉ, A. *Le Mouvement de mai ou le communisme utopique*. Paris: Le Seuil, 1968.

\_\_\_\_\_. *La voix et le regard*. Paris: Le Seuil, 1978.

VIGNA, X. *L'Insubordination ouvrière. Essai d'histoire politique des usines*. Rennes: PUR, 2007.